



## REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013		DEMONSTRAÇÕES DO DÉFICIT DO EXERCÍCIO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em reais)	
2013		2012	
<b>Excerto da Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa de 2014, que aprova a Prestação de Contas de 2013.</b>			
Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2014, às 09h00s, reuniram-se na sala de reunião da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em Brasília, os Conselheiros relacionados ao final, com o objetivo de tratar dos assuntos referenciados na pauta. Nesta reunião, de acordo com o item 2 da pauta, foram aprovadas as demonstrações financeiras do exercício de 2013 com base no parecer dos Auditores Independentes, representados pela empresa Ernst & Young Terco. Conselho de			
<b>BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em reais)</b>			
Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa	388	Fornecedores (Nota 12)	26.713.806
Depósito bancário à vista (Nota 3)	109	Obrigações fiscais (Nota 13)	951.962
Aplicações financeiras (Nota 4)	112.614.235	Obrigações sociais (Nota 14)	921.524
Clientes a receber (Nota 5)	387.946	Provisões trabalhistas (Nota 15)	2.890.830
Adiantamentos a terceiros (Nota 6)	312.882	Obrigações em circulação (Nota 16)	104.589.144
Crédito de funcionários (Nota 7)	565.910	Outras contas a pagar	41.957
Despesas pagas antecipadamente (Nota 8)	2.296.709	Total do circulante	136.109.223
Outros	131.940	Não circulante	
Total do circulante	116.309.731	Provisão para contingências (Nota 17)	13.984.090
Não circulante		Total do não circulante	13.984.090
Despesas pagas antecipadamente (Nota 9)	13.667.123	Patrimônio social	
Depósitos judiciais (Nota 17)	498.765	Patrimônio social	2.530.594
	14.165.888	Superávit acumulado	9.207.510
Imobilizado (Nota 10)	29.694.753	Total do patrimônio social	11.738.104
Intangível (Nota 11)	1.661.045	Total do passivo e do patrimônio social	161.831.417
	31.355.798		
Total do não circulante	45.521.686		
Total do ativo	161.831.417		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em reais)</b>			
<b>1. Informações sobre a entidade:</b> A Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), localizada na Avenida Lauro Muller 116 - 1103, Rio de Janeiro, RJ, foi qualificada como organização social por meio do Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações, com o foco orientado para o suporte às atividades de ensino, notadamente, na educação superior e na pesquisa. Para isso, se constitui como a infraestrutura de rede de comunicação e computação para suporte à pesquisa brasileira, uma vez que propicia a integração de todo o sistema de pesquisa e ensino superior por meio de uma rede de alta capacidade, rica de serviços e aplicações. Por meio dessa rede nacional, ou backbone, chamada Rede Ipê, também são realizadas pesquisas para o desenvolvimento e teste de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essas tecnologias constituem a base da nova sociedade do conhecimento; seu domínio e uso são essenciais para o desenvolvimento do País. Nesse sentido, a própria rede se constitui como um laboratório nacional na qual os experimentos de TIC são realizados, permitindo que seus resultados possam beneficiar mais rapidamente os clientes. A Entidade incorreu em déficit de R\$ 3.896 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e, naquela data, o total do passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$ 19.800 mil. As atividades desenvolvidas pela RNP estão atreladas a metas e prazos descritos no Contrato de Gestão, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Associação, assinado originalmente em 26 de março de 2002 com vigência inicial de 5 anos. O mesmo foi renovado em 16 de janeiro de 2007, com prazo de vigência de 4 anos e, por fim, foi estabelecido novo contrato com início em 22 de dezembro de 2010 e vigência de 6 anos adicionais. A RNP depende do recebimento de repasse de recursos do MCTI para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Em virtude da natureza das operações da Organização, da vigência do Contrato de Gestão e da conformidade com os termos deste novo contrato a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização na forma esperada. <b>2. Base de preparação das demonstrações financeiras:</b> As demonstrações financeiras da RNP são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 14 de fevereiro de 2014. As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. a) <b>Caixa e equivalentes de caixa.</b> Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, saldos em caixa ou em conta movimento com risco insignificante de mudança de valor. b) <b>Apuuração do superávit.</b> O resultado é apurado pelo regime de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos sejam gerados para a RNP e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida. c) <b>Provisão para devedores duvidosos.</b> É constituída com base em análise pela Administração da carteira, conjugada com a experiência operacional e a conjuntura econômica. d) <b>Imobilizado.</b> Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado, é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 10, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração da RNP não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou a sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. e) <b>Intangível.</b> Ativos Intangíveis refletem os custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável. O ativo intangível é composto por software, que é amortizado à vida útil econômica esperada. f) <b>Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.</b> A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. g) <b>Provisões.</b> Geral. Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos civis e trabalhistas. A RNP é parte em diversos processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de			
inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. h) <b>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.</b> O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas a entidades sem fins lucrativos requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e nas suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e intangível, provisão para contingências e recuperabilidade dos ativos. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente. i) <b>Instrumentos financeiros.</b> Ativo financeiro. Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e recebíveis. A Entidade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo, por meio do resultado dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Redução do valor recuperável de ativos financeiros. A Entidade avalia na data das demonstrações financeiras se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros. Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores. Instrumentos derivativos. A Entidade não possui em 31 de dezembro de 2013 e 2012 nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A entidade não realizou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza. j) <b>Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes.</b> Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Organização possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. k) <b>Tributação.</b> A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a isenção tributária. Caso a RNP não gozasse de isenção tributária, as receitas de prestação de serviços estariam sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Imposto Sobre Serviços - ISS 5,00% Programa de Integração Social - PIS 0,65% Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS 3,00% A tributação sobre o lucro compreendia o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda seria computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedessem MRS240 no período de 12 meses, e a contribuição social seria computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As incluídas ao lucro contábil de despesas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corentes gerariam créditos ou débitos tributários diferidos. l) <b>Demonstração dos fluxos de caixa.</b> A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. <b>3. Depósitos bancários à vista:</b> Banco do Brasil S.A. - 37000 28 Banco do Brasil S.A. - 674001 - 56.043 Banco do Brasil S.A. - 271004 28 Banco do Brasil S.A. - 274003 3 Banco do Brasil S.A. - 27500X 28 Banco do Brasil S.A. - 676004 22 Total 109 202.680			
<b>4. Aplicações financeiras:</b> Renda fixa - FIX 82.206.228 119.155.152 Renda fixa - DI 4.690.491 20.358.143 Fundo cambial 10.388.219 - Poupança 15.329.297 529.028 Total 112.614.235 140.042.323 Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos, que não supera o seu valor de realização.			
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em reais)</b>			
Patrimônio Social Superávit Total			
Em 1º de janeiro 2012	2.317.506	19.549.857	21.867.363
Integralização de capital	4.963	-	4.963
Déficit do exercício	-	(6.446.061)	(6.446.061)
Em 31 de dezembro de 2012	2.322.469	13.103.797	15.426.266
Integralização de capital	208.125	-	208.125
Déficit do exercício	-	(3.896.287)	(3.896.287)
Em 31 de dezembro de 2013	2.530.594	9.207.510	11.738.104
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em reais)</b>			
2013 2012			
Déficit do exercício	(3.896.287)	(6.446.061)	
Ajustes ao déficit do exercício			
Depreciação, amortização e provisão para perda	11.391.984	8.755.008	
Provisão para contingências	(262.570)	880.249	
Provisão para devedores duvidosos	(57.200)	(296)	
Déficit ajustado	7.175.927	3.188.901	
Variação do capital circulante			
Adiantamentos a terceiros	14.335	178.673	
Cliente a receber	1.654.316	(1.290.148)	
Despesas pagas antecipadamente	14.578	(15.786)	
Depósitos judiciais	(498.765)	-	
Crédito de funcionários	200.119	(75.759)	
Impostos, taxas e contribuições	322.848	118.955	
Fornecedores	20.698.958	2.028.896	
Obrigações sociais	169.405	184.363	
Provisões trabalhistas	867.496	(407.259)	
Contas a pagar	(4.953)	(10.284)	
Obrigações em circulação	(46.166.416)	44.662.804	
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(15.952.290)	48.563.357	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aumento nas aplicações financeiras	27.428.088	(40.245.492)	
Adições de imobilizado e intangível, líquidas	(11.886.882)	(8.121.619)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	15.541.206	(48.367.111)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	208.125	4.963	
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(202.959)	201.210	
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	203.068	1.858	
Saldo no fim do exercício	109	203.068	
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(202.959)	201.210	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>5. Contas a receber:</b>			
2013 2012			
Duplicatas a receber	413.866	2.068.182	
PECLD	(25.920)	(83.120)	
	387.946	1.985.062	
A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi como segue:			
Saldo em 31 de dezembro de 2012		(83.120)	
(+) Complemento/acerto PECLD		(25.920)	
(-) Baixas ocorridas		83.120	
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(25.920)	
<b>6. Adiantamentos a terceiros:</b>			
2013 2012			
Adiantamento a fornecedores	208.994	181.270	
Adiantamento de viagens	102.025	142.543	
Outros	1.863	3.404	
	312.882	327.217	
<b>7. Crédito de funcionários</b>			
2013 2012			
Adiantamento de viagens	251.580	178.785	
Adiantamento de salário	120.224	15.568	
Antecipação de férias	192.606	161.755	
Outros	1.500	9.783	
	565.910	365.891	
<b>8. Despesas pagas antecipadamente (circulante)</b>			
2013 2012			
Prêmios de seguros	310.552	325.130	
Adiantamento a fornecedores	1.986.157	1.986.157	
	2.296.709	2.311.287	
<b>9. Despesas pagas antecipadamente (não circulante):</b>			
2013 2012			
Adiantamentos diversos	2.577.746	2.838.832	
Adiantamento a fornecedores	11.089.377	13.075.534	
	13.667.123	15.914.366	
Em julho de 2010 a RNP celebrou junto a OI, um convênio para desenvolvimento de tecnologias em aplicação de rede. Nos termos deste convênio, a RNP pagou à esta operadora o montante de R\$19.861.571 e, em contrapartida, recebeu o direito de uso de capacidade e infraestrutura a ser provido pela mesma nos postos de presença da RNP pelos próximos 10 anos. Por se tratar de um direito da RNP a mesma fará a apropriação ao resultado à medida que as capacidades e a estrutura venham sendo utilizadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a despesa apropriada ao resultado foi de R\$1.986.157 (R\$1.986.157 em 2012).			





**REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP**  
CNPJ 03.508.097/0001-36

10. Imobilizado:				16. Obrigações em circulação			18. Receita de convênios	
Taxas Anuais de depreciação	Residual dez/2012	Aquisições	Baixas	Depreciação anual	Residual dez/2013	2013	2012	
Equipamentos de computação	20%	20.062.041	9.451.784	(756.576)	(7.693.564)	21.063.685		
Máquinas e equipamentos	10%	2.908.350	1.361.058	(202.972)	(232.836)	3.833.600		
Benefícios em propriedade de terceiros	10%	778.657	-	(2.800)	(251.713)	524.144		
Móveis e utensílios	10%	3.691.365	1.128.190	(286.263)	(520.306)	4.012.986		
Instalações	10%	-	-	(116)	116	-		
Provisão para perda	0%	(1.192.359)	94.511	-	-	(1.097.848)		
Importação em andamento	0%	700.652	5.443.424	(4.785.890)	-	1.358.186		
		26.948.706	17.478.967	(6.034.617)	(8.698.303)	29.694.753		
A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$8.698.303 (R\$8.693.185 em 2012) e está registrada no resultado do exercício. Não há bens do ativo imobilizado dados em garantia a terceiros. No exercício de 2013 ocorreram baixas no ativo, por doação, no montante de R\$1.248.727. A Entidade revisou a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação. Para a elaboração dessa análise, a RNP considerou o seu planejamento operacional para os próximos exercícios, os antecedentes internos, como o nível de manutenção e de utilização dos bens, como também, elementos externos de comparação, tais como as tecnologias disponíveis. Em conclusão, não houve alteração no tempo de vida útil econômica dos ativos.								
<b>11. Intangível</b>							6º Termo Aditivo do Contrato de Gestão - MCTI	
Taxas Anuais de amortização	Residual dez/2012	Aquisições	Baixas	Amortização anual	Residual dez/2013	2013	2012	
Sistema aplicativo software	20%	1.664.950	773.688	(331.156)	(446.437)	1.661.045	156.120.295	
		1.664.950	773.688	(331.156)	(446.437)	1.661.045	6.900.000	
A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$446.437 (R\$659.386 em 2012) e está registrada no resultado do exercício. Foram realizadas baixas no montante de R\$331.156 (R\$85 em 2012) referentes à avarias e a ajuste após a realização do inventário do exercício. <b>12. Fornecedores:</b>								
		2013	2012					
Fornecedores de serviços de telecomunicações		20.043.216	4.668.713					
Fornecedores de serviços profissionais		6.670.590	647.587					
Outros fornecedores de serviços		-	698.548					
		26.713.806	6.014.848					
<b>13. Obrigações fiscais:</b> Refere-se basicamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2013 e de 2012 que apresentaram, respectivamente, os saldos de R\$951.962 e R\$573.591.								
<b>14. Obrigações sociais:</b>								
INSS		687.775	577.786					
FGTS		202.135	151.182					
PIS		31.614	23.151					
		921.524	752.119					
<b>15. Provisões trabalhistas:</b>								
Férias		2.150.246	1.504.988					
INSS sobre férias		568.566	397.948					
FGTS sobre férias		172.018	120.398					
		2.890.830	2.023.334					

Nelson Simões da Silva - Diretor Geral da RNP		JCC - ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA.	João Carlos Cristiano - Contador - CRC/RJ 0322853/0-0-0 - CPF 329.070.107-78
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>			
<p>Aos Administradores e Conselheiros da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. <b>Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.</b> A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. <b>Responsabilidade dos auditores independentes.</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados</p>		<p>dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. <b>Base para opinião com ressalva.</b> Conforme descrito na Nota 12 a Entidade possui obrigações com diversos fornecedores de bens e serviços, dentre as quais provisões referentes aos serviços prestados por operadoras de telecomunicação que em 31 de dezembro de 2013 montavam aproximadamente R\$20.043 mil (R\$4.669 mil em 31 de dezembro de 2012). A Entidade vem efetuando análise dessas obrigações com o objetivo de determinar seu saldo exato; contudo, até presente data, estas análises não haviam sido concluídas e não pudemos nos satisfazer quanto à adequação dos saldos de obrigações com fornecedores de telecomunicações. <b>Opinião com ressalva.</b> Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos</p>	
<p>os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12). <b>Ênfase. Continuidade das operações.</b> Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 1, que indica que a Entidade incorreu em déficit de R\$ 3.896 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e que, naquela data, o total do passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$ 19.800 mil. Ainda conforme descrito na Nota 1, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e estão atrelados ao Contrato de Gestão firmado originalmente em 16 de janeiro de 2007 com vigência de 4 anos, o qual foi renovado em 22 de dezembro de 2010 com vigência de 6 anos adicionais. Consequentemente a continuidade das operações da Entidade depende do recebimento desses recursos pelo MCTI e indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade da Entidade. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2014. ERNST &amp; YOUNG Auditores Independentes S.S. - CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ. Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC - IRJ 090.174/O-4.</p>			

1 - Histórico dos valores repassados pelo Contrato de Gestão (Em reais)					3 - Demonstração de Receitas auferidas (Em reais)							
Fonte	2010	2011	2012	2013	Receitas				2013			
Total MCTI	6.557.377	45.882.605	34.607.650	35.350.000	Receita Total	223.912.841						
Total outra fonte	43.749.459	126.057.238	164.113.726	120.425.664	Receita do Contrato de Gestão	201.769.708						
Total Geral	50.306.836	171.939.844	198.721.376	155.775.664	Outras Receitas Operacionais	7.904						
<b>2 - Valores repassados pelo Contrato de Gestão no ano 2013 (Em reais)</b>					Receita de Prestação de Serviços	1.384.950						
Fonte	Termo Aditivo	Valor	Data		Receita Financeira	8.520.231						
MCTI	5ª TA - MCTI (4655)	8.837.500	09/08/2013		Receita de Convênios	8.630.446						
	5ª TA - MCTI (4655)	8.837.500	06/09/2013		<b>5 - Execução orçamentária e financeira por macroproceto:</b>							
	5ª TA - MCTI (4655)	8.837.500	07/10/2013		<b>MACROPROCESSO</b>							
	5ª TA - MCTI (4655)	8.837.500	18/11/2013		Desenvolvimento Tecnológico	Pessoal	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Viagens	Custeio	Capital	TOTAL
					35.350.000		2.095	2.194	3.044	1.222	249	946
Total MCTI	4ª TA - FNDCT	12.291.000	29/01/2013		Engenharia e Operação de Redes	5.651	678	102.518	945	1.522	4.808	116.121
	4ª TA - Telessaúde do MS (Recurso Aditivado)	2.000.000	30/04/2013		Serviços de Comunicação e Colaboração	1.892	156	4.078	660	577	2.012	9.376
	5ª TA - Telessaúde do MS (Recurso Aditivado)	77.679.295	24/07/2013		Empreendimento de Soluções em TIC	3.053	2.104	21.373	1.331	4.714	1.847	34.423
	6ª TA - CAPES (Recurso Aditivado)	5.000.000	12/12/2013		Capacitação e Disseminação do Conhecimento	3.296	743	2.637	2.111	1.734	144	10.665
	6ª TA - INMETRO (RA)	3.055.369	12/12/2013		Relacionamento Institucional	183	-	287	377	40	-	886
	6ª TA - FNDCT (4655)	20.000.000	16/12/2013		Gestão e Desenvolvimento Organizacional	13.177	554	8.689	1.420	6.591	718	31.150
6ª TA - Brasil Mais TI (Recurso Aditivado)	400.000	17/12/2013		Total	29.349	6.430	142.625	8.066	15.427	10.476	212.372	
Total outra fonte					120.425.664							
Total Geral					155.775.664							